

Processos locais e História Global no estudo da Raia do Baixo Guadiana (Portugal e Espanha)

Pedro Albuquerque

Doutor em História pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Pesquisador Bolseiro na Fundação para a Ciência e Tecnologia, no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e na Universidade de Sevilha. Pesquisador do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (Portugal). Pertence ao grupo de pesquisa *De la Turdetania a la Bética* (HUM-152).

Lisboa – PORTUGAL

uniarq.net/pedro-albuquerque-cv.html

pedro.albuquerque@campus.ul.pt

 orcid.org/0000-0003-4800-7343

Francisco José García Fernández

Doutor em História pela Universidade de Sevilha (US). Professor Titular do departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Sevilha.

Sevilha – ESPANHA

us.es/directorio/francisco-jose-garcia-fernandez

fjgf@us.es

 orcid.org/0000-0002-4978-8818

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180314352022e0102>

Para citar este artigo:

ALBUQUERQUE, Pedro; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José. Processos locais e História Global no estudo da Raia do Baixo Guadiana (Portugal e Espanha). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 35, e0102, jan./abr. 2022.

Recebido: 05/09/2021

Aprovado: 16/03/2022

Processos locais e História Global no estudo da Raia do Baixo Guadiana (Portugal e Espanha)

Resumo

O presente trabalho analisa questões relativas à aplicação das recentes metodologias do estudo da História Global aos territórios fronteiriços, valorizando a sua apetência para o desenvolvimento de relações sociais singulares e de interconexões. Este estudo centra-se, sobretudo, no Baixo Guadiana, que separa parcialmente dois países (Portugal e Espanha), assinalando-se a sua permeabilidade e o modo como, ao longo do tempo e do espaço, se desenvolveram processos locais que fazem com que as fronteiras possam ser um objecto de estudo idóneo para a História Global.

Palavras-chave: história comparada; estudos de fronteira; arqueologia; património cultural

Local processes and Global History in the examination of the Lower Guadiana Basin's borderlands (Portugal and Spain)

Abstract

In this paper we examine the use of recent methodologies from Global Studies in the study of borderlands. Borders or boundaries are critical for the development of unique social relations and interconnections. This study is mostly focused on the Lower Guadiana Valley, which separates partially two countries (Portugal and Spain). Permeability and the development of local processes in time and space are also examined, which leads to the assumption that borderlands are idoneous case-studies for Global History.

Keywords: history; border studies; archaeology; cultural heritage.

Em jeito de introdução

A more globally oriented history might well serve to encourage a sense of international citizenship, of belonging to the world and not just to one's own nationality, but this outcome is as yet far more a promise than a reality.
HUNT, 2014, p. 51

O estudo das fronteiras na sua dimensão histórica é, também, a leitura da construção de paisagens singulares, em que estes espaços são factores de

atração e captação de população quando há uma necessidade de defesa e, ao mesmo tempo, de repulsa quando esta desaparece temporária ou permanentemente, deixando de fazer sentido num determinado contexto político. Nestas situações, correm o risco de converter-se em autênticas periferias dos respectivos estados, não só num sentido geopolítico, mas também territorial, económico e social.

Os territórios fronteiriços contam, neste caso, a história das relações internacionais e o modo como estas determinam e condicionam conjunturas específicas. Se partirmos do exemplo das casas da Guarda Fiscal distribuídas ao longo da fronteira luso-espanhola em lugares estratégicos, facilmente nos apercebemos de que modo o seu abandono é uma consequência visível do contexto histórico actual, em que o processo de abolição das fronteiras internas (1991-1995) converteu estes territórios em pontos de passagem, deixando estes de ser lugares de paragem obrigatória. Outro exemplo, já no Baixo Guadiana, é a localidade ribeirinha de Mértola. Vários séculos antes, a sua pujança devia-se ao facto de que o rio navegável era o grande acelerador das trocas comerciais na Antiguidade, tal como o caminho-de-ferro o foi na Revolução Industrial. Este meio de transporte e, mais tarde, a estrada, tornou a circulação fluvial obsoleta. Perante um cenário de obsolescência económica, a antiga *Myrtilis* foi lançada para um estado que contrasta com a riqueza de outrora, mas soube inverter essa tendência ao usar a própria vila como museu que relata a história da relação dos seus antepassados com o rio, como um autêntico porto global¹.

Estes dois exemplos lançam algumas luzes sobre o modo como os lugares e as populações ligadas à fronteira luso-espanhola fazem parte de contextos históricos mais amplos e, de algum modo, contribuíram para a manutenção e perpetuação desses sistemas. As casas da Guarda Fiscal são testemunhos de cenários em que os representantes da lei e do Estado protegiam e garantiam (não sem alguma cumplicidade ou conivência) a legalidade da circulação de pessoas e bens, ao reprimirem o contrabando (MEDINA GARCÍA, 2003, p. 233 et seq.). Mértola, por seu turno, estrategicamente implantada no fim do troço

¹ Sobre o património mertolense como motor de desenvolvimento social e económico, veja-se a recente reflexão de B. DEL ESPINO HIDALGO (2020).

navegável do Guadiana, participou activamente no comércio global do *Mare Nostrum* e do Atlântico, quer no escoamento de produtos do interior, quer na recepção de bens de paragens mais distantes desde, pelo menos, a Idade do Ferro (BARROS, 2008; 2010; 2013; ALBUQUERQUE; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2017; GARCÍA FERNÁNDEZ *et al.*, 2019).

Há, contudo, mais exemplos que ilustram o que acabamos de dizer. Quem, hoje, atravessa a fronteira luso-espanhola, dificilmente recordará as longas esperas para entrar ou sair dos respectivos países e os horários limitados em que a circulação nestes lugares era permitida. Vê, porém, os antigos postos fronteiriços abandonados, sem vida e conquistados por vegetação, como que recordando que ali havia uma barreira e, mais ainda, vários postos de trabalho que se extinguíram. Noutros casos, aglomerados que cresceram graças à actividade fronteiriça (como Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro) vêem-se votados ao isolamento graças à construção de autoestradas que anularam o seu carácter de pontos de paragem, o que ameaça a sua sobrevivência e sustentabilidade no actual contexto geopolítico (para o caso luso-andaluz, v. MÁRQUEZ, 2010).

Às recordações do contrabando e da sua vigilância, bem presentes na memória colectiva dos protagonistas e dos seus descendentes, juntam-se outras, em que uns cruzavam a fronteira em busca de toalhas e lençóis portugueses, e outros, no sentido contrário, procuravam os afamados caramelos espanhóis. Ambos faziam estas transacções em lugares onde as duas moedas, a Peseta e o Escudo, eram aceites. Estes eram, obviamente, os *outsiders*, e não aqueles para quem esse modo de vida feito de permeabilidades e de hibridizações representava a normalidade quotidiana.

A produção destas imagens ou olhares é, por si só, suficientemente eloquente para contrastar o modo como os que vivem na fronteira a vêem e o modo como os que a consideram periferia a imaginam. Esta afirmação tem uma maior transcendência do que à partida possa parecer. A concepção monolítica da história e da sociedade como elementos delimitados pelas fronteiras do Estado-nação condicionou e ainda condiciona o estudo das realidades fronteiriças, criando barreiras epistemológicas à análise de contactos e influências mútuas. Assim, a abordagem aos territórios fronteiriços como

entidades permeáveis tem a vantagem de apresentar uma visão alternativa aos trabalhos que, de um lado, terminam na margem direita do Guadiana Internacional e, do outro, terminam na margem esquerda. Em suma, é possível propor uma re-territorialização da percepção dos territórios e, sobretudo, das sociedades de fronteira, ao mesmo tempo que se analisa um território de inegável interesse histórico que não foi ainda suficientemente valorizado no âmbito da investigação internacional (cf. DIENER; HAGEN 2012)

Esta abordagem deve considerar dois eixos fundamentais, a saber, o espaço e o tempo. O primeiro identifica-se sobretudo com o Baixo Guadiana, em particular o seu troço navegável. A escolha deste território requer uma justificação, uma vez que se pretende analisar as várias formas e escalas de territorialidade que se projectaram na paisagem de fronteira ao longo do tempo. O segundo, por seu turno, implica diferentes níveis de compreensão do território fronteiriço na dimensão temporal (diacronia e sincronia dos processos de construção da paisagem). Em poucas palavras, uma emancipação face às barreiras simbólicas ou físicas dos Estados-nação deve considerar que as fronteiras territoriais são, em si mesmas, uma consequência de decisões políticas e relações de poder e, portanto, não são historicamente imutáveis. Neste caso, por motivos de espaço, centrar-nos-emos principalmente na documentação portuguesa desde os inícios da conformação dos reinos ibéricos na Idade Média, ainda que não se ignore o papel de Castela, primeiro, e depois, da Monarquia hispânica no reino de Espanha, neste longo e complexo processo.

Neste sentido, uma análise diacrónica de longo espectro, nomeadamente entre a Idade do Ferro – quando se aprecia já uma tênue evidência da condição liminar do Baixo Guadiana – e a Época Contemporânea, proporciona uma interpretação diferente de outra que se centre em casos específicos como a definição das fronteiras entre o Tratado de Alcañices de 1297 e a Restauração da Independência portuguesa em 1640, entre o Tratado de Badajoz (1801) e o Convénio de limites (1926), a análise dos processos que conduziram ao Tratado de Schengen (1990), ou mesmo a elaboração das Cartas de Foral dos municípios fronteiriços. Todos eles desempenharam um papel determinante nas sucessivas transformações da paisagem raiana ao longo dos anos e devem ser estudados

com uma metodologia capaz de se adaptar às especificidades do objecto de estudo, sobretudo ao nível da territorialidade e das relações sociais que se desenvolvem localmente (cf. MEDINA GARCÍA, 2006).

Esta discussão é importante para definir os limites epistemológicos da análise das fronteiras como espaços globais. Dita perspectiva desenvolve-se em torno de três aspectos fundamentais: em primeiro lugar, o modo como estes territórios e, sobretudo, a sua paisagem, fazem parte de processos históricos mais amplos; em segundo lugar, como a condição fronteiriça proporcionou encontros que fizeram destes espaços lugares, em si mesmos, supranacionais, pelo facto de ali convergirem formas de pensar, línguas, culturas, pessoas, etc., em cumplicidades que funcionavam à margem das imposições e relações dos centros de poder. Em terceiro e último lugar, como a definição das fronteiras peninsulares se reflectiu, na época moderna, noutros territórios dominados por estas duas nações na América e no Pacífico, concretamente entre o Brasil e os vice-reinados da monarquia hispânica durante o século XVIII. É isto que otorga à raia luso-espanhola uma autêntica dimensão global.

As perspectivas territoriais e temporais, assim como a concepção da fronteira que acabámos de referir, são úteis para a leitura do Baixo Guadiana como um espaço global de confluência, de interconexões e de transição, o que foi propiciado pelo facto de o rio ser navegável e permitir a circulação de mercadorias e pessoas. Destacam-se, neste contexto, os principais portos fluviais (Castro Marim, Ayamonte, Alcoutim, Sanlúcar de Guadiana e Mértola) no relativo ao registo arqueológico e aos documentos escritos, que demonstram uma vocação, detectada sobretudo a partir dos séculos VIII-VII a.C., para os contactos com outras regiões da Península Ibérica, do Mediterrâneo e do Atlântico. É, precisamente, esta característica que leva à fortificação destes lugares e, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento de contactos entre as comunidades que habitam estas áreas.

O estudo desenvolvido no presente trabalho permite, por outro lado, discutir problemas e propostas de futuro para o estudo das fronteiras como unidades de análise da História Global e como paisagens humanas e patrimónios materiais e imateriais que podem ser valorizados pela sua singularidade

enquanto manifestações de hibridização e cumplicidades. Propõe-se, assim, uma via de pesquisa que nos parece promissora para o futuro destes territórios e a sua sustentabilidade.

2. Espaço e tempo da e na fronteira luso-espanhola

No contexto actual, as reflexões que ultrapassam as barreiras impostas pelas fronteiras têm vindo a ganhar protagonismo (OLSTEIN, 2015; CONRAD, 2019), ao mesmo tempo que o debate sobre as escalas em que os estudos globais devem movimentar-se (mais recentemente, DE VRIES, 2019; DE VITO, 2019; LEVI, 2019; HODOS, 2020). A natureza desta discussão obriga a circunscrever o discurso que se segue ao caso específico dos territórios fronteiriços para, deste modo, assinalar com maior precisão a posição e as vicissitudes deste tema no âmbito da História Global.

Como entidades históricas e construções sociais que se projectam sobre um determinado espaço físico, as fronteiras podem ser analisadas nas perspectivas espacial (com as suas respectivas escalas) e temporal, isto é, como reflexos ou consequências das diferentes estratégias de posse, controlo e percepção de um território, assim como as suas transformações em determinados momentos e ao longo do tempo. Estas abordagens são determinantes para delinear a história da ocupação desta paisagem e, conseqüentemente, a interacção que pode ter decorrido das diferentes estratégias de territorialidade. Esta afirmação tem alguma ressonância na actualidade quando consideramos as consequências da adesão dos países peninsulares ao Espaço Schengen no reordenamento do território e das relações inter-regionais (cf. ALBUQUERQUE; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2019; ALBUQUERQUE *et al.* 2020).

A questão dos “jogos de escalas”, para usar a expressão de J. Revel (1996), adquire particular relevância na discussão sobre a criação e manutenção de fronteiras. A microescala permite, por exemplo, analisar com maior ou menor precisão as singularidades das relações sociais, políticas e económicas de uma comunidade fronteiriça com o centro e com os vizinhos. Ao mesmo tempo, é um ponto de partida para verificar se estes contactos são o resultado de processos

anteriores ou se, por outro lado, são consequência da construção dos limites territoriais, i.e., têm uma dimensão estrutural e conjuntural. Por outras palavras, é possível analisar um espaço fronteiriço tanto no seu funcionamento interno como na sua relação com outras unidades e entidades sem ter a pretensão de construir um discurso aplicável a todas as escalas (para uma abordagem geral, cf. CONRAD, 2019, p. 166-168).

Como veremos, o estudo da micro-história identifica as especificidades de cada lugar, assim como modelos que podem ser contrastados com as narrativas gerais da construção de fronteiras. Isto equivale a dizer que possibilita a caracterização das reacções locais a processos desenvolvidos à escala regional, nacional e internacional, e que a microescala, pelo menos no caso que nos ocupa, não pode entender-se fora da relação de complementaridade e antagonismo que mantém com outros âmbitos, nomeadamente com as estratégias de territorialidade. O mesmo território pode, por isso, corresponder a duas fronteiras: uma, imaginada, representada e imposta pelos Estados, e outra vivida pelas comunidades que ocupam estas áreas marginais.

As várias políticas de delimitação territorial dependeram, essencialmente, do modo como se concebia o espaço e se entendia a “fronteira” em cada período (GOMES 1991, p. 358 et seq., com o uso deste termo e outros relacionados com os limites territoriais; cf. CORDERO TORRES, 1960, p. 97 et seq.; FÈBVRE, 1962, p. 11-24; FERNANDES, 2009; DIAS, 2009, p. 8). O caso da formação da fronteira luso-espanhola na sequência da “reconquista” e da ulterior consolidação dos reinos ibéricos é, neste contexto, de grande interesse, uma vez que revela o modo como as diferentes percepções do território afectaram a pertença de comunidades a uma ou outra coroa, com a construção das suas próprias tradições e formas de vida, e como os interesses locais influenciaram a delimitação dos espaços nacionais (GARCIA, 1986; GOMES, 1991, p. 365 et seq.; MEDINA GARCÍA, 2006).

Numa obra recente, T. Herzog assinala que as negociações determinavam quais as povoações que deveriam pertencer a uma e a outra coroa, revelando uma percepção do espaço como uma sequência de “ilhas num mar de terra” (HERZOG, 2018, p. 209) na definição dos reinos ibéricos (cf., entre outros, GOMES, 1991, p. 370; COSME, 1992; FERNANDES, 1996; 2009; HERZOG, 2018: , p. 205 et

seq.). Na ausência de mapas que identificassem com rigor a linha demarcadora, descuravam-se especificidades como cada uma dessas “ilhas” geria as suas estratégias de ocupação e projecção do e no território, o que deu origem a disputas, mantidas durante várias décadas, entre os interesses locais, eclesiásticos e régios (IMÍZCOZ BEUNZA, 2011), assim como movimentos entre um e outro lado das respectivas fronteiras que ora eram tolerados, ora eram reprimidos (HERZOG, 2018, p. 212-214). Acrescem, ainda, actos simbólicos associados à colocação de marcos, cuja remoção ou destruição podia ser considerada uma afronta (GOMES, 1991, p. 367-371)².

Com a formação e expansão dos reinos cristãos peninsulares, tornou-se necessário delimitar a acção dos monarcas para que os súbditos pudessem saber a quem deviam obedecer, sobretudo quando estava em discussão os poderes, exercidos localmente, das ordens militares entretanto instaladas nos territórios conquistados. Neste sentido, um breve olhar sobre as políticas fronteiriças de D. Dinis (r. 1279 – 1325) e D. Manuel (r. 1495-1521) pode ser revelador das transformações na percepção, mas principalmente na representação, destes territórios, uma vez que antecedem a imagem cartográfica dos reinos e dos seus limites.

O reconhecimento e defesa das fronteiras foi uma das maiores preocupações de D. Dinis, não só com a assinatura de tratados como o de Alcañices (1297), mas também com a criação de vários tipos de estímulos ao povoamento desses territórios (BAQUERO MORENO, 1988; MARQUES, 1998)³. Este monarca, cognominado *O Agricultor*, deu continuidade à política de delimitação do seu pai (D. Afonso III) e atribuiu cartas de foral a localidades fronteiriças⁴ (ANDRADE, 2001, p. 45-46) e o estatuto de Concelhos a várias povoações raianas, ao mesmo tempo que estabelecia coutos de homiziados como o de Noudar (1308). Estes núcleos destinavam-se a proteger as fronteiras de incursões

² Veremos mais adiante, ao referir as disputas fronteiriças no Brasil entre Portugal e Espanha na segunda metade do século XVIII, a importância da cartografia.

³ A bibliografia sobre a organização territorial dos séculos XIII e XIV é abundante e inabarcável num texto como o que se apresenta. Consequentemente, os trabalhos citados dizem respeito, sobretudo, a sínteses sobre aspectos concretos.

⁴ No Baixo Guadiana, atribuiu as seguintes: Castro Marim (1282, 5 anos depois da primeira carta, concedida por D. Afonso III), Serpa, Moura, Noudar (1295), Mourão (1296) e Alcoutim (1304)

indesejadas e os seus privilégios pretendiam evitar o despovoamento (BAQUERO MORENO, 1986, p. 3 et seq.; GARCEZ, 1998)⁵. Estes processos terão contribuído para a formação de comunidades com indivíduos de origens muito diversas, com particular destaque para os delinquentes que ali encontrariam maior segurança⁶. A reconstrução dos castelos e fortalezas das extremas fez, igualmente, parte desta importante política de povoamento, caracterizada pela atribuição de regalias (por exemplo, isenção de deveres militares).

Pode dizer-se que conhecimento dos termos dos reinos dependeu, na Baixa Idade Média, mais da palavra escrita que do mapa (para a *imago mundi* medieval, cf. Edson 1999). As inquirições dos vários monarcas revelavam, precisamente, a necessidade de conhecer para intervir, ainda que boa parte da responsabilidade fosse assumida pelas autoridades locais. Assim, ao longo do século XV assiste-se a uma tentativa de fazer coincidir os limites das dioceses com os limites dos reinos, assim como a realização de inquirições a partir de 1440, que davam aos monarcas uma perspectiva actualizada da situação das periferias dos seus domínios. Outras iniciativas, nomeadamente o *Livro de Aautos* (1416), procuraram “apresentar os limites⁷ e as fertilíssimas províncias ou regiões do reino de Portugal e registar aquilo que delas for digno de ser conhecido” (56a)⁸, mas as informações que proporciona são breves e pouco úteis para o nosso propósito.

Os “malhões” ou marcos de fronteira fazem parte deste processo, mas as dúvidas que se colocavam (compreensivelmente) às descrições textuais eram habilmente contornadas em esboços como o que se reproduz na fig. 1, que constitui o mais antigo testemunho da representação gráfica da fronteira a partir de uma inquirição de 1454, vertida no *Livro das Pazes*, uma compilação de

⁵ Acrescente-se, ainda, a participação dos concelhos fronteiriços nas Cortes e a sua considerável representatividade, tal como nos descreve A. SOUSA (1998).

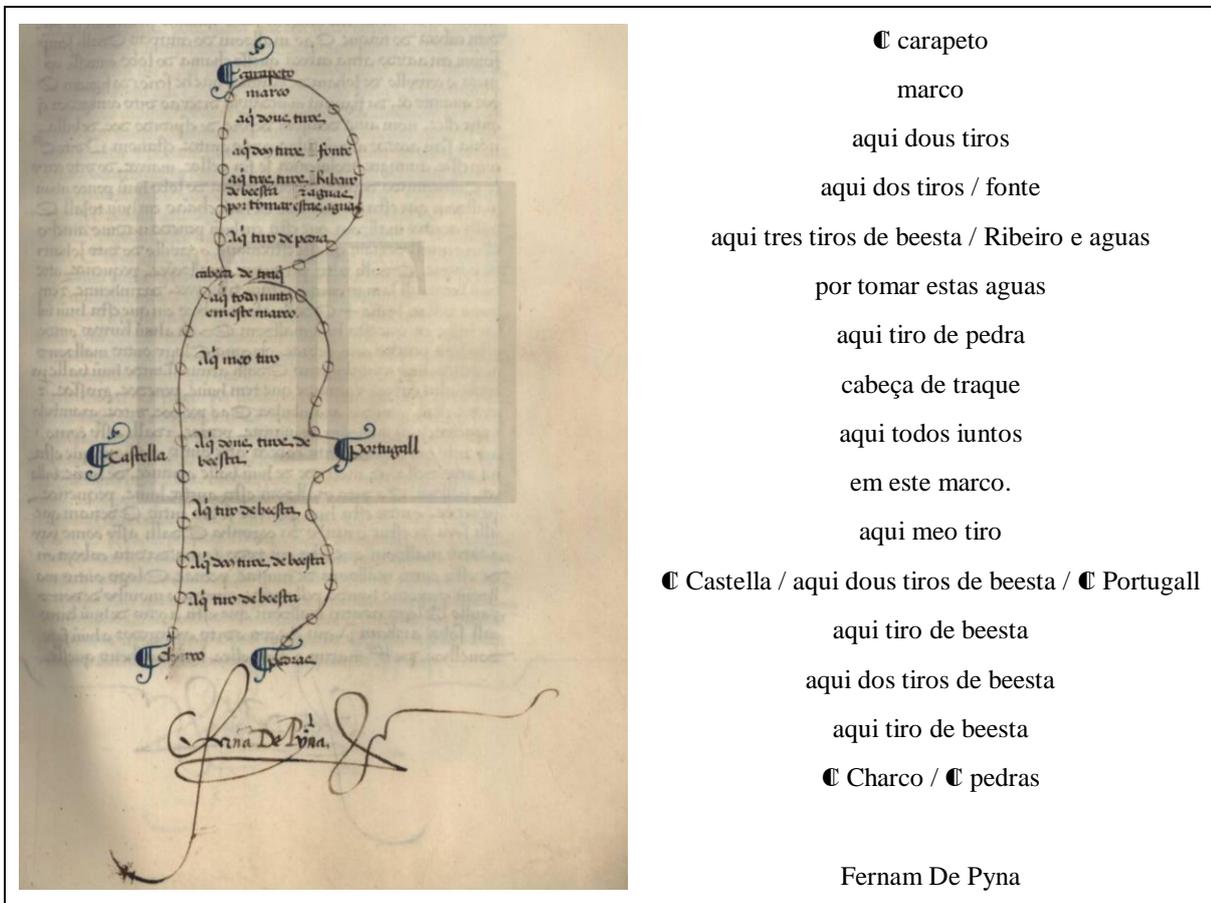
⁶ Tomem-se como exemplos a ordem de D. João I em 1420 no sentido de enviar 50 homiziados a Mértola porque “a villa [...] he muy despobrada per razam das guerras pesadas” (*Chancelaria de D. João I*, 4: 28v-29, *apud* BAQUERO MORENO, 1986, p.115), ou a criação do couto de Areninha (mais tarde chamada Vila Real de Santo António) por D. Manuel (1512) (*Chancelaria de D. João III*, 6, fl.103v-104, *apud* BAQUERO MORENO, 1986, p.131-132).

⁷ No texto em Latim, *confines*

⁸ Tradução de A. Aires do NASCIMENTO (1977).

documentos ordenada por D. Manuel em 1504 (sobre o códice, GOMES, 1991, p. 376; VIGIL MONTES, 2015)⁹.

Fig. 1: Representação da fronteira entre Olivença e Alconchel, baseada numa inquirição de 1454, “debuxada” por Fernam De Pyna (ANTT: PT/TT/LN/0061).
Transcrição de Sara Abreu



Fonte: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4223253> (PT/TT/LN/0061_M0059), cons. 29/04/2022

Este monarca foi, igualmente, responsável por uma nova fase da representação da fronteira, em que não só se visitavam anualmente os malhões, como também se promoveram compilações como a que acabámos de referir e a realização de obras como o magnífico *Livro de Fortalezas*, assinado pelo “debuxador” Duarte d’Armas (GOMES, 1991). Além do incontestável interesse artístico deste códice, chama a atenção a intenção que levou à sua elaboração: a identificação e caracterização das fortalezas fronteiriças de Castro Marim a Caminha. Através destas representações, o rei poderia conhecer melhor o estado

⁹ <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223253> (cons. 11/05/2021)

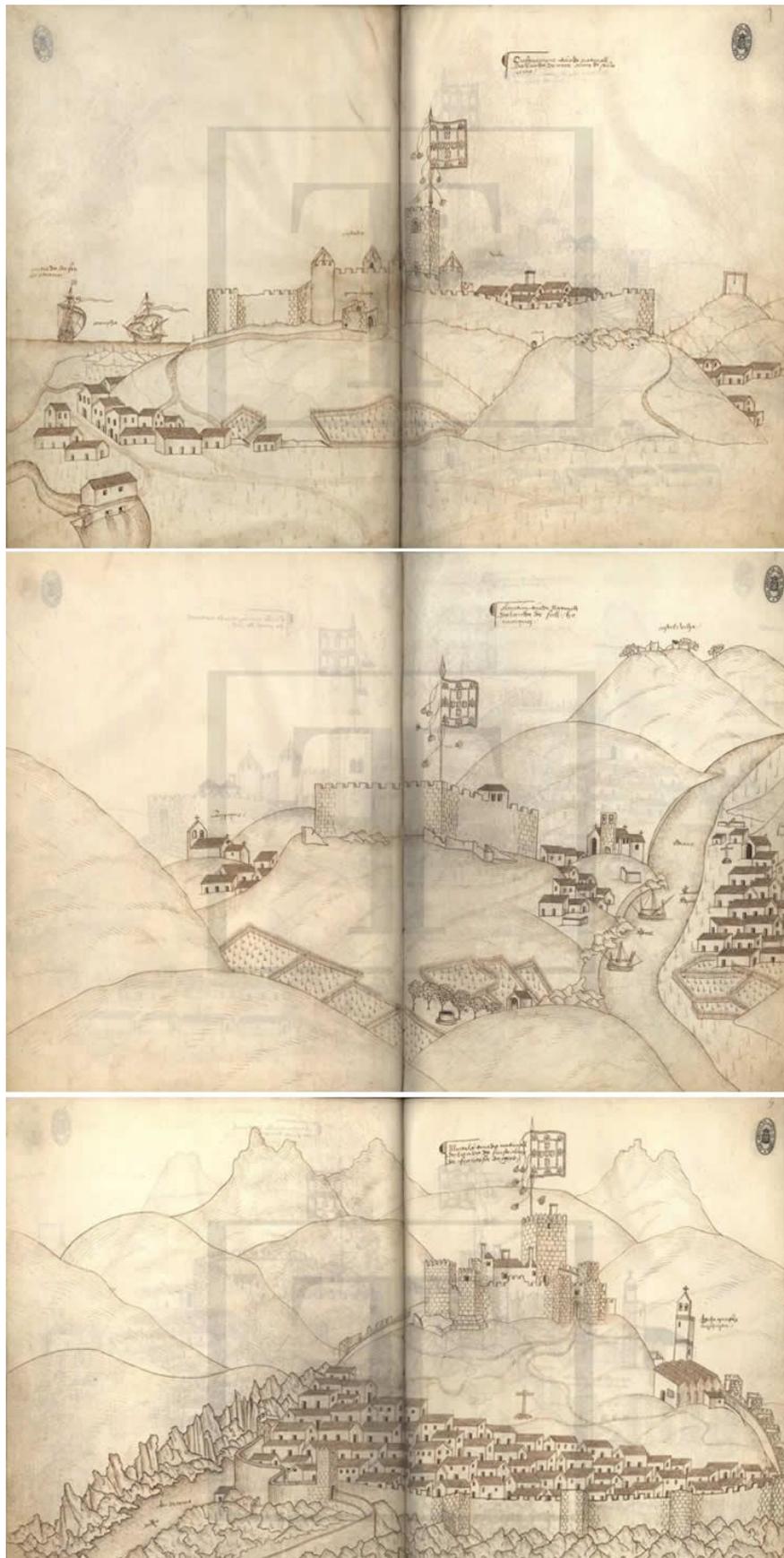
de conservação, a operacionalidade e o alcance visual das fortalezas, as vias que as ligavam (v. o anexo do códice, com a distância, em léguas, entre estes lugares), a relação com estruturas militares vizinhas aquém e além-fronteira (fig. 2)¹⁰. Os seus desenhos são ricos em pormenores da vida quotidiana das populações e em elementos que, para o autor, mereciam destaque, nomeadamente edifícios antigos ou emblemáticos (o criptopórtico e a torre do rio em Mértola, por exemplo) e comunicação entre um e outro lado da fronteira (cf. GONÇALVES, 2005-2006).

Apesar de defendida por uma rede considerável de fortalezas, a fronteira do Guadiana era, pelas próprias condições do terreno, vista pelos Estados como frágil e permeável. Obras como a de Duarte d'Armas constituem, neste afã pelo conhecimento das fronteiras, um estímulo para a representação cartográfica do território nacional. Esta começaria a dar os primeiros passos em 1525, ano em que um anónimo (possivelmente D. Francisco de Melo) oferece ao Cardeal Infante D. Afonso um mapa corográfico de Portugal, hoje desaparecido, acompanhado de um exaustivo elenco de localidades com as respectivas coordenadas geográficas. Esta obra manuscrita, redigida nos primeiros anos do reinado de D. João III (r. 1521-1557), constitui um enigmático antecedente do mapa de Portugal de Álvares Seco (1561), do qual faremos menção mais adiante (ALEGRIA; GARCIA, 1991; DAVEAU, 2010; ALEGRIA, 2011).

Importa, contudo, acrescentar outra obra que, do ponto de vista da análise global da fronteira luso-espanhola, é de grande transcendência. Referimo-nos à descrição de Mendo Afonso de Resende (1537), obra autóptica (tal como a de Duarte d'Armas) que permite analisar a vida quotidiana nos territórios fronteiriços (BAQUERO MORENO, coord., 2003; FREITAS, 2019) e é, conseqüentemente, uma fonte de interesse indiscutível para o estudo das chamadas micro-histórias.

¹⁰ Não faltam nesta obra representações de castelos espanhóis (Barca Rota desde Mourão, Badajoz desde Olivença e Campo Maior, Albuquerque desde Ouguela), de povoações (Sanlúcar de Guadiana) e pormenores da vida quotidiana e actividades económicas (cf. GONÇALVES, 2005-2006)

Fig. 2: Duarte d'Armas (1510): Castelos de Castro Marim, Alcoutim e Mértola



Fonte: imagens ANTT. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707> (cons. 27/04/2022)

É nas “fronteiras da vida quotidiana” (MEDINA GARCÍA, 2006, p. 279-280) que se verifica a existência de conflituosidades que convivem com o seu oposto, mais notórias em áreas que, como Castro Marim e Ayamonte, viviam dos recursos da foz do Guadiana e, a julgar pela descrição de Mendo Afonso de Resende, funcionavam à margem da soberania no que diz respeito ao lugar por onde passava a fronteira, ora numa das margens, ora no meio do rio, ou onde se cobravam as rendas resultantes da actividade dos barcos. Esta situação repete-se mais a norte, em Alcoutim e Sanlúcar de Guadiana, com disputas sobre direitos que convivem com a circulação entre uma e outra margem (CARRIAZO RUBIO, 1998; FREITAS, 2019, p. 250 et seq.). A maior aspereza da paisagem a partir de Mértola configura outras realidades e problemas. O rio deixa de ser navegável nesta cidade, mas dali partem vias terrestres que a ligam a Beja e a Niebla, assim como a Serpa, onde o Chança delimita a fronteira (FREITAS, 2019, p. 254-256).

Impõem-se quatro comentários. Em primeiro lugar, estas comunidades desenvolveram entre si estratégias de interacção que não se pautam exclusivamente pelo conflito ou pela cumplicidade (cf. SOUSA, 1998). Em segundo, as diferenças da vida destes grupos humanos permitem identificar os referidos desvios à narrativa dos poderes centrais sobre os limites. Em terceiro, estes espaços eram muito mal conhecidos pelos governantes, criando indefinições ao nível da pertença a um ou a outro país, quer de faixas de terreno, quer mesmo de indivíduos, fora dos locais onde os elementos naturais constituíam marcadores visíveis e, como tal, facilmente identificáveis. Por último, a formação da fronteira política é um processo de tempo longo cujas etapas apresentam características muito díspares segundo os mecanismos de representação dos limites, dos quais se destacam os textos e os mapas.

Como já se adiantou, o século XVI assiste a profundas transformações no modo como se percebem os territórios limítrofes, tanto nas descrições de Duarte de Armas (1509) e Afonso de Resende (1537) como no primeiro mapa de Portugal conhecido, da autoria de Álvares Seco (1561), onde se representa graficamente o território nacional (fig. 3). A delimitação da fronteira está longe de ser precisa, uma vez que, por exemplo, a linha divisória vai mais além do

Guadiana e do Chança. Alcoutim, por outro lado, está afastado das margens do rio¹¹. Não obstante, este valioso documento, igualmente reproduzido no *Theatrum Orbis Terrarum* de Ortelius (cf. FERREIRA *et al.*, 1957, p. 9), e sem esquecer o já referido mapa corográfico de 1525, é um ponto de viragem nesta percepção, uma vez que é o momento em que o mapa começa a concorrer o texto como forma de descrever os espaços da soberania, sucedendo a esboços como o que reproduzimos na fig. 1. Isto reflectiu-se, igualmente, nas possessões ultramarinas e, especialmente, no estabelecimento (e posteriores revisões) dos meridianos que separavam os hemisférios resultantes do Tratado de Tordesilhas (1494). Neste contexto, a cartografia desempenhará um papel essencial, tanto na delimitação dos territórios americanos, como na imprecisa fronteira entre as áreas de influência espanhola e portuguesa no pacífico, um problema especialmente complexo que só se resolveria vários anos depois, com o Tratado de Zaragoza de 1529 (CEREZO MARTÍNEZ, 1994; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, 2009)¹².

A aceitação do primeiro mapa não foi, contudo, imediata, uma vez que, como assinalaram M.F. Alegria e colaboradores (2012: 183-184), textos descritivos como o de André de Resende (1593) e Duarte Nunes de Leão (1604) não parecem ter recorrido a estes mapas. Esta forma de perceber e representar o espaço só surtiu efeito a partir de 1640, momento em que a fronteira voltou a ser alvo de confrontos, e em que se funda a Junta de Fortificações, por sua vez dependente do Conselho de Guerra (ALEGRIA *et al.*, 2012, p. 235-236). A cartografia passou, com isto, a ser uma ferramenta extremamente eficaz para o levantamento das fronteiras terrestres e marítimas, como demonstra o chamado “Mapa Gulbenkian”, da autoria de J. Teixeira Albernaz (1640).

¹¹ Terá sido esta imprecisão que levou Ortelius a solicitar a Mercator, como se lê numa carta deste, um manuscrito, da autoria de Guilherme de Trípoli, com um mapa ou descrição do Guadiana. O texto diz o seguinte: *S.P. Celeberrime vir Domine Orтели promiseram me statim ubi ex Nundinis Franfofurto domum redirem, ad priores tuas plus ampliter responsurim, et etiam missurum, si inuenire possem, Guilielmum Tripolitanum et Anę fluminis descriptionem.* Hessel (1887, carta 287, Março de 1596) traduz deste modo o texto: “I had promised to reply, after my return from the Frankfort fair, more in detail to your former letter and to send (the MS. of) William of Tripoli and the map of the river Ana (Guadiana), if I could find them.”

¹² Acrescente-se, ainda, que a ocupação e posterior colonização espanhola das Filipinas, situadas na zona de influência portuguesa, originou um litígio entre ambas as coroas que só teve resolução no Tratado de San Ildefonso de 1777 (DÍAZ-TRECHUELO, 1994).

Fig. 3: Mapa de Portugal (Álvares Seco 1561) e pormenor do Baixo Guadiana entre Castro Marim/ Ayamonte e Olivença



Fonte: <https://purl.pt/21805/service/media/jpeg> (cons. 14/05/2021)

Fig. 4: “Mapa Gulbenkian”, de João Teixeira Albernaz (1640)



Fonte: <https://purl.pt/23505/2/> (cons. 24/05/2021)

Pode dizer-se que a percepção do território reflecte a forma de conceber o poder político e a sua projecção no espaço, o que é, aliás, notório no impacto que os estudos cartográficos franceses tiveram, a partir de 1720, em Portugal, especialmente na política de S.J. Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, e em Espanha. Em ambos os Estados, as novidades técnicas poriam em causa o

domínio dos territórios sul-americanos e asiáticos marcados pelo meridiano e antimeridiano de Tordesilhas”, incitando os governos a promoverem levantamentos topográficos exaustivos em território nacional numa primeira fase, e na América e no Pacífico numa segunda (ALEGRIA; GARCÍA, 1991, p. 268-269; NÚÑEZ DE LAS CUEVAS, 1991, p. 186). A cartografia, instrumento administrativo e de apoio ao comércio e à circulação marítima e terrestre, foi fomentada, igualmente, através da formação de portugueses e espanhóis nas escolas francesas, originando vários projectos, uns que não chegaram a concretizar-se (por exemplo, o *mapa de España* de Jorge Juan em Espanha, e de Azevedo Fortes em Portugal), e outros que procuraram apresentar informações com um grau de precisão sem precedentes apesar das suas naturais limitações (por exemplo, Tomás López), entre elas a ausência de escalas fixas e precisas (Alegria; García, 1991, p. 269 et seq.).

É, por este motivo, importante assinalar o modo como estas concepções viajaram para o outro lado do Oceano na segunda metade de Setecentos, com os tratados de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777), que definiram as fronteiras das possessões portuguesas e espanholas na América e no Pacífico¹³. A cartografia assumiu nas acções diplomáticas um protagonismo excepcional, uma vez que urgia pôr fim a vários episódios de conflito registados na sequência da fundação de colónias portuguesas como Sacramento (1680) e Montevideu (1723)¹⁴ e reformular o já ultrapassados limites de Tordesilhas fixados em 1494 com os novos meios então disponíveis (FERREIRA, 2007; CORREA, 2016). O conhecido “Mapa das Cortes” de 1749 foi, neste contexto, determinante para que se decidissem as franjas de território que corresponderiam a cada nação de uma maneira eficaz (fig. 5), servindo depois de ferramenta para que os técnicos enviados ao terreno pudessem proceder às respectivas demarcações, como magistralmente analisou J. Cortesão (cf. DIAS, 2005: 65; FERREIRA, 2007; 2010; CHAVES, 2014, p. 223 et seq.). Os subsequentes desenvolvimentos técnicos ao nível da geodesia acabam por revelar-se determinantes para localizar com grande precisão no terreno os limites dos Estados nacionais, consolidando-se como instrumentos imprescindíveis para a intervenção dos governos a todos os

¹³ O filme *A Missão* (1986), realizado por R. Joffé, retrata precisamente a reorganização territorial decorrente do Tratado de Madrid.

¹⁴ Montevideu foi, 3 anos depois da fundação, arrasada e refundada pelos Espanhóis.

níveis (CLPE 1926/1928; ALEGRIA; GARCIA, 1991, p. 271et seq.; DIAS, 2003; BRANCO, 2006; GARCÍA; MOREIRA, 2008)¹⁵.

Pode, portanto, dizer-se que o modo como os poderes reconheceram e interpretaram as fronteiras luso-espanholas modificou-se ao longo dos séculos, impondo-se nos territórios ultramarinos e adquirindo, por conseguinte, uma dimensão global que pode ser analisada com maior profundidade noutra ocasião.

Fig. 5: “Mapa dos confins do Brazil com as terras da coroa de Espanha na América Meridional” ou “Mapa das Cortes” (1749)¹⁶



Fonte: http://www.arpdf.df.gov.br/map_ita_5/ (cons. 26/05/2021)

¹⁵ Os inquiridos setecentistas, como reflexo da visão ilustrada, constituem, neste contexto, fontes de enorme interesse para avaliar o modo como se entendia, em meados desse século, os territórios e as respectivas fronteiras. Este tema será alvo de estudo monográfico.

¹⁶ Veja-se, nesta referência, a transcrição do documento, assim como o exaustivo estudo de Jaime Cortesão sobre a figura de Alexandre de Gusmão, amplamente citado por FERREIRA 2001.

O percurso apresentado deixa entrever a necessidade de promover abordagens multifacetadas em que a análise do particular não perca de vista o seu lugar num conjunto mais amplo e *vice-versa*. Como bem alertou A. de Sousa (1998), é necessário considerar também a enorme variabilidade das vivências das comunidades fronteiriças em função do lugar e da própria conjuntura em que se produzem as interações. Ou seja: qualquer análise que não considere outros espaços nos mesmos momentos, ou vários momentos no mesmo espaço, corre o risco de ser redutora (cf. GOMES, 1991)¹⁷. Questionaremos mais adiante a importância destes pressupostos teóricos no estudo comparativo ou relacional dos processos históricos das fronteiras, mas por agora importa referir o segundo aspecto a tratar neste capítulo: a dimensão temporal.

Neste âmbito os problemas são, no fundo, semelhantes, uma vez que a utilidade de uma análise sincrónica é identificar aspectos por vezes menos perceptíveis numa abordagem de longa duração. É neste sentido que a imagem de antiguidade e estabilidade da fronteira luso-espanhola não parece resistir aos argumentos que sobressaem da análise documental de pequenas disputas que iam além dos tratados e que chegavam mesmo a dificultar a sua implementação. Estas multiplicaram-se durante várias décadas e não foram facilmente resolvidas, mas não é descabido afirmar que os contornos dos dois países ibéricos se mantiveram, *grosso modo*, relativamente estáveis.

O estudo das fronteiras, quer na sincronia, quer na diacronia, não deve, por isso, centrar-se exclusivamente na imagem que os Estados produzem sobre os espaços periféricos, assim como numa percepção generalizadora que não considere diferenças ao nível do impacto da construção das extremas nas comunidades limítrofes. Um estudo diacrónico tem, por um lado, a particularidade de revelar a heterogeneidade da ocupação destes espaços e a sua evolução, assim como as políticas de delimitação (GOMES, 1991). Uma abordagem sincrónica tem, por outro lado, a vantagem de permitir a caracterização da relação das sociedades com o território em distintos pontos

¹⁷ Esta análise comparativa permite identificar a singularidade de casos como o Guadiana em relação a outras regiões, como assinala o estudo de R.C. Gomes (1991) elaborado sobre um importante levantamento de documentos medievais e modernos. Sobre a fronteira do Guadiana, cf., entre outros, GARCIA, 1983 e COSME, 1992.

da fronteira e em momentos concretos como, por exemplo, as consequências da aplicação de um tratado de definição de limites, ou mesmo de iniciativas destinadas a estimular o povoamento de uma área limítrofe.

As duas perspectivas não são incompatíveis com a concepção destes lugares como espaços globais, já que ambas (mas especialmente a primeira) possibilitam a análise a interacção entre comunidades e as transferências ou os seus efeitos, dependendo do tipo de questões que se colocam ao objecto de estudo noutras regiões e, inclusive, noutros continentes. A título de exemplo, o estudo das interpenetrações linguísticas requer uma visão diacrónica, enquanto a caracterização de uma população que ocupa um lugar a partir de um determinado momento (cf. supra os coutos de homiziados) é mais precisa quando é perspectivada em sincronia. A sua evolução e papel nas redes de interacção são, por outro lado, aspectos que devem ser considerados num espectro cronológico mais alargado, de modo a avaliar quais os efeitos a médio e longo prazo sobre o território envolvente e as relações com o “outro lado”.

As diferentes abordagens aos territórios fronteiriços não são, como podemos constatar, incompatíveis, mas sim complementares. A fundação de um núcleo populacional junto ao termo de um reino, ou mesmo os privilégios outorgados pelos monarcas para garantir a fixação de população em lugares estratégicos, constituem pilares fundamentais da defesa das fronteiras e da configuração da paisagem raiana. Estas “ilhas de povoamento” são, por outro lado, focos de interacção com outras comunidades que detinham, ou não, a mesma função no outro lado da linha. Ou seja, estas decisões políticas são o ponto de partida para o desenvolvimento de novas realidades cuja singularidade faz com que as fronteiras sejam, como veremos no próximo capítulo, espaços globais.

3. As fronteiras como espaços globais

A construção da História Global como ferramenta metodológica não pode ser dissociada da imagem, veiculada sobretudo a partir da década de 90 do século XX, da ideia de um passado (e, logo, um futuro) partilhado em que os mercados e as relações humanas não conheciam fronteiras e funcionavam em

rede, e que um acontecimento num lugar poderia ter repercussões significativas noutros¹⁸. Esta concepção representa uma emancipação face às narrativas nacionais que concebiam a história, as sociedades e as línguas como elementos delimitados por fronteiras rígidas. As novas perspectivas valorizaram, sobretudo, entrelaçamentos e conexões que ultrapassam os limites territoriais e que se desenvolvem em redes mais amplas de contactos e interações estimulados quer pelo comércio, quer pelos movimentos expansionistas, quer pelas migrações. Por outras palavras, a História Global promove a descompartmentação das histórias nacionais (CONRAD, 2019, p. 13 et seq.). Nas palavras de S. Conrad, esta forma de escrever a História

“Foca-se [...] nas questões de mobilidade e do intercâmbio, nos processos que transcendem as fronteiras e as barreiras. Toma a interconexão global como ponto de partida e faz da circulação e do intercâmbio de coisas, pessoas, ideias e instituições os seus principais objetos de análise” (CONRAD, 2019, p. 15-16)

Os territórios fronteiriços são, precisamente, barómetros das relações internacionais e intercomunitárias, pela sua capacidade de separar e, ao mesmo tempo, de unir e permitir o contacto, a hibridação, a interdependência e a construção de identidades partilhadas (as chamadas “identidades de fronteiras”). Esta análise, a nosso ver, é importante num contexto em que as fronteiras políticas deixaram de ser relevantes nos contextos nacionais, principalmente no interior do Espaço Schengen.

3.1. Comparações e/ ou conexões

Nos últimos anos, a utilidade das análises históricas comparativas tem vindo a ser fortemente questionada, uma vez que produzem oposições binárias destinadas a identificar semelhanças e diferenças entre as chamadas unidades de comparação, ao mesmo tempo que parecem ignorar o estudo das conexões entre elas (WERNER; ZIMMERMANN, 2006; BERG, 2013, p. 6-11; PARTHASARATHI, 2013; STEINMETZ, 2014; OLSTEIN, 2015; cf. DETIENNE, 2010). Por outro lado, o

¹⁸ O momento em que se escreve este texto é, talvez, aquele que mais revelou o acerto desta afirmação, uma vez que acontecimentos que afectam o planeta inteiro como a pandemia do Covid-19 exigem um verdadeiro esforço global, do mesmo modo que a protecção da natureza.

observador deveria manter uma posição equidistante em relação aos elementos ou processos que analisa, o que equivale a dizer que deveria conhecer as duas unidades com o mesmo grau de profundidade, o que nem sempre acontece. O investigador, por norma, está mais familiarizado com uma das unidades e contrasta-a com a outra, colocando questões que resolvem os problemas do elemento principal (cf. WERNER; ZIMMERMANN, 2006, p. 33-34).

Estes dois tipos de abordagem – comparações e interconexões – são especialmente relevantes no modo como se concebem as relações fronteiriças, ou mesmo as próprias fronteiras, enquanto fenómenos de separação ou comunicação. Ambos proporcionam visões diferentes e até mesmo contraditórias, simplesmente porque um acontecimento pode justificar um reforço da separação e interromper um período de interação. Neste sentido, é útil diferenciar processo e perspectiva: a conflitualidade pode obrigar a olhar duas entidades separadas por uma linha de fronteira como diferentes (cf. *infra*, Sanlúcar de Guadiana e Alcoutim), mas a perspectiva actual, ao valorizar estes espaços como lugares privilegiados de conectividade e transferência a partir das relações – nem sempre reconhecidas – estabelecidas entre as suas gentes, tende a interpretá-los como uma única entidade. As fronteiras são, não obstante, contextos singulares cuja análise não é compatível com interpretações redutoras do seu papel no contexto das histórias regionais e nacionais. Por outras palavras: a ideia de separação é útil para compreender o porquê de uma fundação num determinado lugar, ou mesmo de edifícios que invocam situações de vigilância mútua, mas, por outro lado, tal situação não parece ter impedido o estabelecimento de contactos e até mesmo cumplicidades entre um e outro lado da linha que separa estes grupos humanos.

Embora o método comparativo tenha sido uma das primeiras tentativas de conceber análises históricas transfronteiriças, acabou por ser questionado a partir da “história relacional” ou *histoire croisée* que, segundo os seus principais defensores, afigura-se como uma ferramenta metodológica mais eficaz para transcender o “efeito de fronteira” e caracterizar com maior contundência processos de interconexão e interdependência tão característicos do diálogo transfronteiriço e da História internacional (CONRAD, 2019, p. 53 et seq.).

A análise relacional ou história partilhada da fronteira deve, portanto, concentrar-se naqueles processos sincrónicos (se tal for possível, locais), enquanto o estudo comparativo é útil quando se observam processos em diacronia. Ambos podem incidir sobre espaços diferentes, mas esta duplicidade pode revelar-se de grande utilidade para valorizar a fronteira enquanto objecto de investigação singular em termos históricos, antropológicos e até mesmo linguísticos.

3.2. Dinâmicas globais das conexões transfronteiriças

“Los Se ninguéim,/ como eu,/ semo da frontera,/ neim daquí
neim dalí,/ no es noso u suelo que pisamo/
neim a lingua que falemo”.
Fabián Severo

Como espaços de convergência das experiências humanas e interesses partilhados, as fronteiras podem converter-se em tema de estudo da história global pelo modo como evocam políticas e vivências relacionadas com a mobilidade e a interconexão, ou mesmo como reflectem fenómenos de escala mais ampla. É, neste contexto, particularmente interessante trazer à colação as migrações e as identidades colectivas que se criam em novos espaços ocupados (cf. GUNGWU, 1997, p. 3) e na relação com as comunidades vizinhas. Estes fenómenos podem, contudo, estar condicionados pelo próprio contexto histórico, uma vez que este pode impor, eliminar ou deslocar fronteiras, ou mesmo estimular a deslocação de pessoas para um novo lugar de modo a garantir mais eficazmente a sua ocupação, defesa e vigilância. Por outro lado, pode conduzir, como referimos na introdução, ao abandono repentino ou progressivo de um lugar quando aquela função deixa, simplesmente, de existir.

É, pois, oportuno assinalar as palavras de E. Van der Vleuten e T. Feys, uma vez que resumem a discussão em epígrafe: “according to the so-called ‘border paradox’, borders trigger legal and illegal cross-border flows by virtue of the separations they create” (2016, p. 29)¹⁹. Este paradoxo permite afirmar que as

¹⁹ “De acordo com o chamado ‘paradoxo da fronteira’, as fronteiras desencadeiam fluxos transfronteiriços graças às separações que elas próprias criam” (tradução dos autores)

fronteiras geram dinâmicas globais de interação, conexão e transferência graças ao facto de delimitarem territórios e de constituírem, graças a essa condição, pontos de encontro. Torna-se assim necessário considerar as duas faces destes processos: a primeira tem a ver com negociações e decisões que conduzem à delimitação territorial; a segunda foca-se sobretudo nas relações sociais e económicas, bem como nos fenómenos de hibridização e multiculturalidade comuns nos espaços fronteiriços.

Estas hibridizações, reflectidas, por exemplo, na paisagem linguística dos territórios fronteiriços ibéricos (MEDINA GARCÍA, 2006, p. 720-721; PONS, 2014), testemunham relações sociais que vão muito além do discurso oficial, do mesmo modo que a prática do contrabando (FREIRE *et al.*, 2009), e que constituem o que Medina García definiu como “fronteira da vida quotidiana”. Estes contextos e contactos são, conseqüentemente, propícios à criação de identidades mistas que não se adequavam às (nem se reviam nas) imagens que as entidades nacionais criaram sobre os seus vizinhos a partir dos poderes centrais (MEDINA GARCÍA, 2006, p. 719-720).

O foco no estudo dos contactos e influências recíprocas pode revelar a existência de fenómenos globais de confluência, à escala local e ao longo de vários séculos, que dão origem a casos particularmente interessantes, como parece ser o caso da cidade de Olivença/ Olivenza, que tem, hoje, um património material e imaterial que testemunha a relação com dois países diferentes, ao mesmo tempo que se distingue deles pelo modo como construiu uma identidade singular. “Não sou português nem sou espanhol, sou oliventino” (Pablo González, com. Pers.) é, talvez, a expressão que melhor sintetiza esta relação de pertença com um espaço cuja riqueza histórica se deve, precisamente, às circunstâncias pelas quais esta vila *extremeña* passou desde a sua fundação. No outro lado do Atlântico, encontramos uma situação parecida na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, marcada parcialmente por cursos fluviais. Neste caso, os limites coloniais imprecisos e os sucessivos litígios territoriais dirimidos entre ambos os países originaram uma realidade híbrida com uma identidade partilhada, nem sempre reconhecida, plasmada no uso do denominado “Portuñol rivense” ou “Portunhol” (STURZA, 2019), cuja singularidade e valor social conduziu,

recentemente, a defendê-la perante a UNESCO como património cultural imaterial (ALBERTONI, 2019).

Estes dois casos demonstram que as identidades de fronteira nem sempre se adequam à rigidez das relações de pertença transmitidas nos discursos e disputas dos Estados-nação, e que podem ser palco de fenómenos linguísticos de grande relevância, tais como o Português oliventino (entre outros VASCONCELOS, 1890-1892; CARRASCO, 2007; FERNANDES, 2017), que se encontra neste momento também em processo de classificação como *Bien de Interés Cultural* (BIC) em Espanha. Chama, neste contexto, a atenção o facto de este património ser, em boa medida, o resultado da confluência de duas línguas globais e revelar uma hibridização comum nas áreas fronteiriças (PONS, 2014), tal como se constata noutros lugares da Península Ibérica (CARRASCO, 2007) e no “Portuñol” falado em vários lugares da América do Sul (cf. LIMÃO, 2015). Os fenómenos linguísticos não são, obviamente, os únicos, já que outros patrimónios, nomeadamente o contrabando, também uniram pessoas dos dois lados da fronteira luso-espanhola, assim como nas suas correspondentes realidades transoceânicas, e foram, igualmente, responsáveis pela formação de identidades compósitas e transfronteiriças ou, se preferirmos, de processos sociais que ultrapassaram, ao longo de várias décadas, os limites definidos pelos Estados Ibéricos.

4. Glocalizar a fronteira do Baixo Guadiana

À luz dos pressupostos teóricos que temos vindo a apresentar ao longo destas linhas, o Baixo Guadiana constitui um objecto de estudo de inegável interesse. A sua navegabilidade entre a foz e, sensivelmente, a área de Mértola, onde também confluíam rotas terrestres, fez deste rio uma via de contacto entre o interior alentejano e andaluz, o Atlântico e o Mediterrâneo e, conseqüentemente, um cenário propício à confluência de informações, gentes e bens de vários quadrantes do Velho Mundo.

O estudo arqueológico destes contactos ao longo do antigo *Anas* revela esta potencialidade, principalmente em sítios de vocação portuária como Castro Marim, Ayamonte e Mértola. Estes sítios foram intensamente ocupados e

explorados desde a Idade do Ferro e testemunham, nesse momento, a chegada das primeiras importações de origem mediterrânea às margens do rio, coincidindo com a instalação de grupos ditos “fenícios” à foz do Guadiana a partir do século VII a.C. (ARRUDA, 2007; ARRUDA *et al.*, 2013), ou mesmo antes. Tanto os espaços dos vivos como dos mortos, recentemente estudados (MARZOLI; GARCÍA, 2019), revelam uma clara feição oriental que caracterizava, igualmente, o sítio de Castro Marim, localizado na margem oposta (ARRUDA *et al.*, 2007).

O último destes sítios, chamado *Myrtilis* na Antiguidade, foi, aliás, determinante para a expansão romana no interior alentejano, graças sobretudo à sua posição estratégica num cruzamento de rotas fluviais e terrestres, assim como à sua proximidade em relação a importantes coutos mineiros (MACÍAS, 2006 e, mais recentemente, ALBUQUERQUE; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2017; GARCÍA FERNÁNDEZ *et al.*, 2017). Os poucos contextos anteriores à mudança de Era preservados no seu entorno mais imediato permitem, contudo, supor que se tratava de um porto de actividade fervilhante que recebia produtos de vários quadrantes do mundo mediterrâneo, com claro destaque para o Guadalquivir e a Baía de Cádiz (GARCÍA FERNÁNDEZ *et al.*, 2019, com bibliografia). Esta tradição de contactos é também evidente nas sepulturas até agora escavadas na área de necrópole do Largo do Terreiro da Feira, neste caso apresentando uma confluência de arquitecturas identificadas em Almodôvar e materiais que remetem para as áreas assinaladas (MIGUEL *et al.*, 2019).

Pode dizer-se que a tradição mediterrânea de Mértola terá conduzido a uma rápida integração de grupos de origem itálica, assim como a uma “romanização” precoce desta área, como apontou há algumas décadas C. Fabião (1987; mais recentemente, ALBUQUERQUE; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2017). Estes terão sido possivelmente atraídos pelo controlo dos recursos económicos, especialmente mineiros, desta área a partir do séc. II a.C. (GARCÍA VARGAS, 2019), o que se reflectiu, por exemplo, na cunhagem de moeda em *Myrtilis* (CHAVES TRISTÁN; GARCÍA VARGAS 1994). A multiplicação de ânforas Dressel 1 de fabrico itálico, identificadas tanto no núcleo urbano como no território, são igualmente testemunho de uma integração relativamente rápida destes contingentes (ALBUQUERQUE; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2017; ALBUQUERQUE *et al.*, 2019: 23), tal

como as múltiplas origens dos materiais recuperados na área de expansão da Biblioteca de Mértola (PALMA, 2009; GARCÍA FERNÁNDEZ *et al.*, 2019).

À margem desta vocação, diríamos, global, o próprio Guadiana foi usado como fronteira interprovincial, como indicam as fontes greco-latinas posteriores ao séc. III (ESPAÑA CHAMORRO, 2018, n. 4), embora esta imagem possa ser, na actualidade, bastante matizada (entre outros, ESPAÑA CHAMORRO, 2017, com bibliografia; ALBUQUERQUE *et al.*, 2018; 2020; D'ENCARNAÇÃO, 2018). Relembre-se, neste contexto, a perspectiva tardo-antiga e medieval sobre estes mesmos territórios, que revelam formas diferentes de entender os limites, bem como as limitações de estudos que se baseiem unicamente nos discursos emanados dos centros de poder.

A imagem destas áreas na antiguidade permite constatar que não existem “fronteiras naturais” que distinguem ou separam territórios administrativos e grupos humanos durante milénios, e que estas divisões são, no essencial, construções sociais que adquirem contornos diferentes consoante os interesses de cada sociedade e as conjunturas históricas de cada momento. O Baixo Guadiana constitui, neste contexto, um caso de estudo de inegável pertinência, precisamente por ser um rio que proporcionou aos seus habitantes uma via de comunicação que os ligou, directa ou indirectamente, a territórios distantes, quer do Mediterrâneo, quer do Atlântico. O uso do rio como delimitador justifica-se, essencialmente, pelo facto de ser um elemento visível na paisagem, o que não significa que tenha constituído uma barreira ou um impedimento para a interacção (cf. ALBUQUERQUE *et al.*, 2020). Mais tarde, os vários esforços no sentido de garantir a protecção e vigilância destes espaços demonstram uma permeabilidade e fragilidade reconhecida pelos próprios monarcas.

A actual fronteira do Guadiana constitui, neste contexto, um promissor “laboratório” de estudo do já referido *border paradox*, i.e., das relações sociais propiciadas pela própria condição fronteiriça a partir do momento em que a defesa destes espaços constitui uma preocupação política, reflectida, por sua vez, nos vários estímulos ao povoamento.

Do ponto de vista metodológico, é útil retomar aqui uma questão já afluada: a utilidade da comparação e das conexões no estudo das interacções

em territórios que partilham entre si linhas de água de certa entidade ou, neste caso, uma condição de fronteira desde a época medieval. Um dos problemas, como se constatou, é a escolha do próprio objecto de estudo e o modo como este dá resposta às questões que se colocam na análise dos limites territoriais. Partindo do exemplo singular de Alcoutim e Sanlúcar de Guadiana (fig. 6), duas localidades em permanente contacto visual e proximidade apenas separadas pelo leito do rio, o apriorismo dos limites das soberanias conduz, automaticamente, a separá-las e a analisar, através desse filtro, as relações que estabelecem entre si. As várias escaramuças entre estas comunidades, com episódios de pilhagem, convivem com cumplicidades e fluxos significativos entre uma e outra margem, como demonstrou há alguns anos J.L. Carriazo Rubio a partir de um cuidadoso estudo de um inquérito datado de Abril de 1487²⁰. Nesta análise documental sobressai outro aspecto não menos interessante: os actos de “represália” eram frequentes e não chegavam sequer às instâncias da justiça (CARRIAZO RUBIO, 1998, p. 379-381).

Este exemplo ilustra o problema da perspectiva de abordagem. Uma visão centrada no facto de estas comunidades estarem em países diferentes obriga a pensar nelas como duas unidades separadas. No entanto, como acabámos de ver, apesar destes episódios que marcam a convivência neste lugar, é possível admitir que se trata de uma mesma comunidade que se encontra dividida entre duas entidades de poder integradas nos respectivos reinos (a quem, em última instância, obedecem).

A eliminação do efeito da fronteira e a superação do modelo da História dos Estados-nação permite, nestes contextos, olhar para o desenvolvimento de práticas comuns que contribuem para um sentido de unidade que vai mais além de qualquer imagem emanada dos centros de poder. Por outras palavras, a condição fronteiriça despoletou uma série de processos – nem sempre perceptíveis nos documentos ou no registo arqueológico – de formação de identidades locais e de relações de pertença com estes espaços condicionadas ou determinadas, pelo próprio modo como foram povoados e vividos (cf. *supra*).

²⁰ É destacável, por exemplo, a presença de portugueses na margem espanhola a celebrar a Páscoa no mesmo dia de um desses episódios (Carriazo Rubio, 1998, p.375)

O estudo das conexões identificadas em casos singulares como este permite, portanto, definir elementos de comparação com outros casos semelhantes em que o rio define, igualmente, uma separação, como parece ser o caso de Castro Marim e Ayamonte, junto à foz do Guadiana, Badajoz e Elvas a montante, ou no outro lado do Atlântico, Artigas e Quaraí na fronteira entre o Uruguai e o Brasil, testemunhando a diversidade de reacções aos mesmos processos de definição de limites em lugares distantes afectados por estes mesmos processos globais.

Fig. 6: Sanlúcar de Guadiana e Alcoutim vistas do Castelo de San Marcos



Fonte: Imagem dos autores.

O caso de Alcoutim e Sanlúcar de Guadiana constitui, no nosso ponto de vista, um claro indicador da necessidade de proceder a uma revisão sistemática da documentação escrita, contrastando-a com o registo arqueológico. Este, por seu turno, pode ser de grande utilidade para caracterizar os contactos transfronteiriços numa perspectiva diacrónica, assim como o modo como estas circunstâncias determinaram ou condicionaram o povoamento das margens do rio. O estudo diacrónico do povoamento serve para destacar uma milenar apetência destes territórios para os contactos entre as várias sociedades que ocuparam as suas margens e para avaliar de que modo estas situações tiveram

continuidade nas épocas posteriores. Dito de outro modo, a análise do Guadiana como coluna vertebral do assentamento de comunidades permite a emancipação face às condicionantes epistemológicas impostas pela sua concepção como fronteira e periferia, assim como a valorização de fenómenos de confluência como, por exemplo, a língua ou práticas sociais ou económicas clandestinas como o contrabando.

Parece-nos, assim, evidente que o “paradoxo da fronteira”, em que a criação de limites abre caminho para a interação e o contacto, adquire no Guadiana um interesse inquestionável pela já referida condição de rio navegável que coloca estas regiões em contacto directo e indirecto com os circuitos do Mediterrâneo e do Atlântico. Uma história global deste espaço, em relação com outros casos análogos que resultam dos mesmos processos históricos, afigura-se como uma linha de investigação a desenvolver em trabalhos futuros, com a valorização das fronteiras como lugares idóneos para a confluência e encontro de modos de pensar, de práticas e de identidades colectivas. É, talvez, esta vocação que permite pensar de outro modo territórios que estão, neste momento, a perder população, saberes e tradições.

5. Balanço, perspectivas e propostas de futuro

“O rio ainda serve de fronteira. Sem desrespeitar a memória e a diferença dos dois povos, ele deve votar a unir as duas margens com respeito pelas diferenças e os interesses específicos. Há que libertar o rio, há que libertar a agricultura, valorizar os recursos naturais, há que planear o desenvolvimento da região, há que investir profundamente na educação e na cultura, para que se torne possível o sonho de fazer desta terra velha de milénios uma terra de jovens” (COELHO, 1992, p. 207)

As palavras de António Borges Coelho, publicadas há quase três décadas, alertavam para um problema que ainda hoje urge resolver: o necessário investimento na cultura como motor de desenvolvimento económico e de sustentabilidade, assim como de uma revitalização de áreas deprimidas (cf. DEL ESPINO HIDALGO, 2020). Estas, pelas várias circunstâncias que referimos ao longo destas notas (haveria que juntar, evidentemente, mais casos), converteram-se em periferias duplas, não só por se encontrarem nas extremas,

mas também porque o investimento no interior contrasta enormemente com as áreas costeiras, quer em termos de mobilidade, quer em termos de infraestruturas e iniciativas culturais (GARCÍA FERNÁNDEZ *et al.*, 2017, com bibliografia).

A valorização desta “terra de milénios” parte, sobretudo, do (re)conhecimento do rico património deixado pelas várias sociedades que usaram o Guadiana como área de assentamento, como fonte de abastecimento e como via de comunicação, fazendo deste elemento geográfico um ponto de encontro, de separação e de passagem. Cada uma destas etapas deixou marcas que se conservam, consoante a perenidade dos materiais, na paisagem, permitindo uma leitura diacrónica da ocupação humana do vale do “rio que aparece e desaparece” (ALBUQUERQUE; GARCÍA FERNÁNDEZ 2019).

O valor histórico desta paisagem é inegável, do mesmo modo que o papel destas comunidades nas interconexões transfronteiriças antes da assinatura da Convenção de Schengen em 1991. Um “mundo sem fronteiras” com identidades “híbridas” já existia em muitos lugares da Raia antes mesmo da abolição das barreiras internas, o que faz destes espaços um objecto de estudo de enorme interesse para a História Global. Assim, ao estudar as fronteiras como espaços de transferências e conexões, a investigação consegue superar as barreiras que estas percepções impuseram ao nosso entendimento das histórias nacionais. Esta visão é particularmente interessante quando se estudam processos anteriores à formação das nações modernas, em que o próprio Guadiana serviu, como rio navegável, de via de comunicação entre o Mediterrâneo, o Atlântico e o interior, principalmente entre Castro Marim/ Ayamonte e Mértola.

Foi, precisamente, esta comunicabilidade que deu a este território condições para receber, transformar e adaptar as informações e os produtos que chegavam de outros lugares. As redes de comunicação e contacto nem sempre coincidem com os limites dos territórios nacionais e, através de influências mútuas, podem desenvolver relações de pertença a personalidades colectivas transnacionais. O aprofundamento de investigações à escala “glocal” constitui um ponto de partida para compreender a diversidade de reacções perante os mesmos processos e, conseqüentemente, questionar a homogeneidade das

narrativas pátrias sobre os limites territoriais, quer em sincronia quer em diacronia (cf. CONRAD, 2019, p. 159 et seq.). Como vimos ao longo destas linhas, a história das fronteiras não se circunscreve aos vários processos de definição e negociações, incitando a revisitar os documentos e aprofundar os estudos arqueológicos que definam com clareza as várias fases de ocupação destes territórios.

Como se pôde constatar, a história das fronteiras chega mesmo a confundir-se com a história da formação das nacionalidades e das várias transformações da imagem que o Estado tinha de si mesmo e do alcance do seu poder. É por este motivo que a definição das fronteiras é um tema indiscutivelmente relevante nas grandes sínteses de História dos reinos peninsulares, fazendo parte, hoje, de uma amplíssima bibliografia. Contudo, pelo que pudemos apreciar na sua consulta, os trabalhos circunscrevem-se aos respectivos âmbitos nacionais sem que se tenha dado, até ao momento, uma confluência que nos parece salutar. Paradoxalmente, a análise da fronteira como “factor geográfico” (LÓPEZ TRIGAL, 1984; GASPAR, 1987) é, neste contexto historiográfico, mais recente e só começou a dar os primeiros passos nos finais da década de 70 do século XX (cf. ALBUQUERQUE; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2019), abrindo caminho para novos olhares sobre o estado de territórios marcados por séculos de histórias das relações internacionais e intercomunitárias. Voltamos, com isto, ao princípio deste texto e ao que referíamos como o efeito das conjunturas históricas sobre os territórios de fronteira e a formação de contextos singulares cuja riqueza patrimonial é indiscutível.

Os “saberes” e os “falares” raianos correm, hoje, o risco de desaparecer de territórios cujo abandono e envelhecimento é mais que evidente, deixando atrás de si séculos, milénios, de contactos, transferências, identidades e manifestações híbridas. Proporcionar, perante estes cenários, ferramentas para a valorização cultural destas áreas, mesmo num contexto de perda de importância das fronteiras internas europeias, pode ser um ponto de partida para garantir a sustentabilidade e a resiliência destes territórios e, sobretudo, destas comunidades.

Referências

ALBERTONI, Pablo. Reivindicaciones glotopolíticas en espacios de tensión: la frontera uruguayo-brasileña, **GLOTTOPOL. Revue de sociolinguistique en ligne**, Rouen, 32, p. 61-75, 2019.

ALBUQUERQUE, Pedro; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José. Mértola entre el Bronce Final y el inicio de la presencia romana problemas y perspectivas de investigación. **Habis**, Sevilha, 48, p. 7-30, 2017.

ALBUQUERQUE, Pedro; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José. Arqueólogos (s)em fronteiras: o Projecto ANA-lise e o estudo do povoamento do Baixo Guadiana (Portugal e Espanha) entre os séculos VIII a.C. e I d.C. **Memória em Rede**, Pelotas,11(21), p. 131-157, 2019.

ALBUQUERQUE, Pedro; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; PALMA, Maria de Fátima. Prospecções arqueológicas em 2016 e 2017 no Baixo Guadiana: novos sítios identificados no Concelho de Mértola. **Arqueologia Medieval**, Mértola, 15, p. 25-52, 2019.

ALBUQUERQUE, Pedro; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; PALMA, Maria de Fátima; GRADIM, Alexandra. ¿Frontera acuática o frontera líquida? El Bajo Guadiana en la antigüedad. Catarina Gaspar, Helena Gimeno Pascual e Noelia Ramírez (coords.). **Ambientes epigráficos y territorio: el Guadiana entre Bética y Lusitania**. Lisboa, Alcalá de Henares: CEC (UL), Fundación General de la Universidad de Alcalá de Henares, 2020, p. 63-98.

ALEGRIA, Maria Fernanda. O Códice de Hamburgo desvenda o primeiro mapa de Portugal? **Finisterra**. Lisboa, 46 (92), p. 123-127, 2011.

ALEGRIA, Maria Fernanda; DAVEAU, Suzanne; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. **História da Cartografia Portuguesa**. Porto: Fio da palavra, 2012.

ALEGRIA, Maria de Fátima; GARCIA, João Carlos. Etapas de evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX). **2on curs La Cartografia de la Península Ibérica i la seva extensió al continent americà**. Barcelona, ICC, 1991, p. 227-279.

ANDRADE, Amélia. **A construção medieval do território**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

ARRUDA, Ana Margarida. A Idade do Ferro do Sul de Portugal. Estado da Investigação, **Madrider Mitteilungen**. Madrid, 42, p. 114-139, 2007.

ARRUDA, Ana Margarida; FREITAS, Vera; OLIVEIRA, Carlos Filipe. Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim, *in* Lopez Castro, José Luis (ed.), **Las ciudades fenicio-punicas en el Mediterráneo Occidental**. Almería: Universidad de Almería, p. 459-482, 2007.

ARRUDA, Ana Margarida, *et al.* A cronologia relativa e absoluta da ocupação sidérica do Castelo de Castro Marim. **Saguntum**. Valencia, 45, p. 101-114, 2013.

BAQUERO MORENO, Humberto. **Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI**. Lisboa: Presença, 1986.

BAQUERO MORENO, Humberto. O poder central e o poder local: modos de convergência e de conflito nos séculos XIV e XV. **Revista de História**. Porto, v. VIII, p. 53-67, 1988.

BAQUERO MORENO, Humberto. As relações de fronteira no século de Alcañices (1250-1350): o Tratado de Alcañices. **Revista da Faculdade de Letras – História**. Porto, 15, p. 641-643, 1998

BAQUERO MORENO, Humberto (coord.). **Demarcações de fronteira: de Castro Marim a Montalvão**. Porto: Universidade Portucalense, 2003.

BARROS, Pedro. Mértola durante os séculos VI e V a.C. In: Javier Jiménez Ávila (ed.), **Sidereum Ana I: El río Guadiana en época postorientalizante**. Mérida: CSIC, p. 399-414.

BARROS, Pedro. Mértola entre os séculos VI e III a.C. **Mainake**. Málaga, 32.1, p. 133-156, 2010;

BARROS, Pedro. Mértola, plataforma comercial durante a Idade do Ferro. A colecção de Estácio da Veiga. In: Ana Margarida Arruda (ed.), **Fenícios e Púnicos, por terra e mar**, Vol. II. Lisboa: Uniarq, 2013, p. 688-697.

BERG, Maxine. Global history: approaches and new directions, *in* Berg, Maxine (ed.), **Writing the history of the Global: Challenges for the 21st Century**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 1-18.

BRANCO, Manuel da Silva Castelo. **Livro de Fortalezas de Duarte d'Armas**. Lisboa. INAPA, 2006.

CARRASCO GONZÁLEZ, Juan M. Falantes de dialectos fronteiriços da Extremadura espanhola no último século. **Limite: Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía**. Cáceres, 1, p. 51-69, 2007.

CARRIAZO RUBIO, Juan Luis. Violencia y relaciones fronterizas: Alcoutim y Sanlúcar de Guadiana a fines del siglo XV, **Revista da Faculdade de Letras-História**. Porto, 15, p. 365-381, 1998.

CEREZO MARTÍNEZ, Ricardo. El meridiano y el antimeridiano de Tordesillas en la geografía, la náutica y la cartografía, **Revista de Indias**, Madrid, 54, p. 509-542, 1994.

CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, vol. 7.2, p. 218-234, 2014.

CHAVES TRISTÁN, Francisca; GARCÍA VARGAS, Enrique. Gadir y el comercio atlántico a través de las cecas occidentales de la Ulterior In: Juan Manuel Campos Carrasco, Juan Aurelio Pérez Macías; Francisco Gómez Ruiz (eds.), **Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana**. Huelva: Universidad de Huelva, 1994, p. 375-392.

COELHO, António Borges. Sobre Mértola e o Guadiana. **Arqueologia Medieval**. Mértola, 1, p. 203-208, 1992.

Convénio de Limites entre Portugal e Espanha. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

CORDERO Torres, José María. **Fronteras hispánicas**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1960.

CORREA, Jessica Aparecida. O Novo Atlas da América portuguesa e a oficialização do território colonial (1730-1749). **Boletim gaúcho de Geografia**. Rio Grande do Sul, vol.43.1, p. 100-120, 2016

COSME, João Ramalho. O reflexo das rivalidades luso-castelhanas no espaço raiano (1165-1580). O caso dos concelhos de Moura, Mourão, Olivença e Serpa. **Revista de Estudios Extremeños**. Cáceres, 48.2, p. 377-404, 1992.

D'ENCARNAÇÃO, José. Limites, uma questão sempre controversa, **Eburobriga**. Fundão, 9, p. 43-48, 2018.

DAVEAU, Suzanne. **Um antigo mapa corográfico de Portugal (1525). Reconstituição a partir do Códice de Hamburgo**. Lisboa: CEG, 2010.

DE VITO, Christian. History without scale: the Micro-spatial perspective. **Past & Present**. Oxford, 242, p. 348-372 2019.

DE VRIES, Jan. Playing with Scales: The Global and the Micro, the Macro and the Nano. **Past & Present**. Oxford, 242, p. 23-36, 2019.

DEL ESPINO HIDALGO, Blanca. Patrimonio cultural como factor de desarrollo territorial resiliente en áreas rurales. El caso de Mértola (Portugal). **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Santa Cruz de Tenerife, 18.1, p. 9-25, 2020.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. São Paulo: Ideias e Letras, 2010

DIAS, Maria Helena. As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geral do Reino de Portugal. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. Porto, 19, p. 383-396, 2003.

DIAS, Maria Helena (coord), **Cartas, Plantas, Esboços e Projectos: Cartografia militar portuguesa dos séculos XVIII – XIX**. Lisboa: CEG-UL/ IGEOE, 2005

DIAS, Maria Helena. **Finis Portugalliae: nos confins de Portugal. Cartografia militar e identidade territorial**. Lisboa, IGEOE, 2009.

DÍAZ-TRECHUELO, Lourdes. El tratado de Tordesillas y su proyección en el Pacífico, **Revista Española del Pacífico**. Madrid, 4, p. 11-22, 1994.

DIENER, Alexander; HAGEN, Joshua. **Borders: A very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2012

EDSON, Evelyn. **Mapping time and space: How Medieval Mapmakers viewed they world**. London: The British Library, 1999.

ESPAÑA-CHAMORRO, Sergio. **Límites y territorios de la Bética romana**. Tese (doutoramento em História Antiga), Universidad Complutense de Madrid, Madrid. 2017.

ESPAÑA-CHAMORRO, Sergio. La frontera occidental de la Baetica con la Lusitania: (Ad) Fines, Serpa, Moura y la invención historiográfica de Arucci Nova. **Rivista Storica dell'Antichità**, Bologna, 48, p. 183-205, 2018.

FABIÃO, Carlos. Ânforas romanas republicanas de um deposito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, **O Arqueólogo Português**, Serie IV. Lisboa, 5, p. 125-148, 1982.

FÈBVRE, Lucien. **Pour une Histoire à part entière**. Paris: S.E.V.P. E.N, 1962

FERNANDES, Hermenegildo. Fronteiras e reconquista. In: Santiago Macias e Cláudio Torres (eds.), **Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo**. Lisboa: MC, IPM, MNA, p. 269-276, 1996.

FERNANDES, Hermenegildo. Dos limites às fronteiras: problemas de escala e funções, in MATOS, Sérgio Campos, *et al.*, **Nação e identidades: Portugal, os portugueses e os outros**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2009, p. 157-175.

FERNANDES, João Luís. Fronteiras, conflitos territoriais e identidades culturais: introdução ao caso de Olivença. In: **The overarching issues of the european space: society, economy and heritage in a scenario towards greater territorial cohesion**. Porto: FLUP, 2017, p. 160-173.

FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia ao serviço da diplomacia. **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol.23, n.37, p. 51-69, 2007;

FERREIRA, Mário Clemente. **O conhecimento da área de fronteira entre Mato Grosso e a América Espanhola no século XVIII**: a procura de informações geográficas e cartográficas por portugueses e castelhanos. In: Francisco Roque de Oliveira e Héctor Mendonza Vargas (eds.), Lisboa: CEG, 2010, p. 267-297.

FERREIRA, Alves; MORAIS, Custódio de; SILVEIRA, Joaquim; GIRÃO, Amorim. O mais antigo mapa de Portugal. Separata de **Boletim do Centro de Estudos Geográficos**. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, 1957.

FREIRE, D.; ROVISCO, E.; FONSECA, I. (coord.). **Contrabando na fronteira luso-espanhola: práticas, memórias e patrimónios**. Lisboa: Nelson de Matos, 2009.

FREITAS, Isabel Vaz de. Paisagens e vivências na fronteira: De Castro Marim a Montalvão nos inícios do século XVI. **Edad Media: Revista de Historia**. Valladolid, 20, p. 244-280, 2019

GARCEZ, Margarida. Os coutos de homiziados nas fronteiras com o direito de asilo. **Revista da Faculdade de Letras – História**. Porto, 15, p. 601-625, 1998.

GARCIA, João Carlos. **O Baixo Guadiana medieval. Formação de uma fronteira**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1983.

GARCIA, João Carlos. **O espaço medieval da Reconquista: O Sudoeste da Península Ibérica**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

GARCIA, João Carlos; Moreira, Luís Miguel. «El geógrafo trabaja en su casa»: espaços portugueses na produção cartográfica de Tomás López. **Península: Revista de Estudos ibéricos**. Porto, 5, p. 103-125, 2008.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; GARCÍA VARGAS, Enrique; SÁEZ ROMERO, Antonio; FILIPE, Víctor; PALMA, Maria de Fátima; ALBUQUERQUE, Pedro. Mértola entre la Edad del Hierro y la romanización: nuevos datos a partir de las excavaciones de la Biblioteca Municipal. **Arqueología Medieval**. Mértola, 15, p. 5-24, 2019.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; ALBUQUERQUE, Pedro; PALMA, Maria de Fátima, Mértola na Idade do Ferro: primeiros resultados de dois projectos de investigação. In: **Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão**. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 161-170.

GARCÍA VARGAS, Enrique. The Economy and Romanization of Hispania Ulterior (125–25 bce): The Role of the Italians, Gonzalo Cruz Andreotti (ed.), **Roman Turdetania: Romanization, Identity and Socio-Cultural Interaction in the South of the Iberian Peninsula between the 4th and 1st centuries BCE**. Leiden [etc.]: Brill, 2019, p. 164-185.

GASPAR, Jorge. A fronteira como factor geográfico. **Primeras Jornadas Ibéricas de Investigadores de Ciencias Humanas y Sociales**. Olivenza, 18-19-20 octubre,

1985: Acta, ponencias y comunicaciones. Badajoz: Diputación Provincial de Badajoz, 1987, p. 225-234.

GOMES, Rita Costa. A construção de fronteiras, In: Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (eds.), **A memória da Nação: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 outubro, 1987.** Lisboa: Sá da Costa, 1991, p. 357-382

GONÇALVES, Iria. Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte d'Armas. **Media Aetas: Revista de Estudos Medievais**, 2ª série. Ponta Delgada, 2, p. 67-100, 2005-2006.

GUNGWU, Wang. **Global History and Migrations.** Oxford: Routledge, 1997

HERZOG, Tamar. **As fronteiras da posse: Portugal e Espanha na Europa e na América.** Lisboa: ICS, 2018.

HESSEL, Jan Hendrik. **Abraham Ortelii (Geographi Antverpiensis) et virorum eruditorum ad vendem et ad Jacobvm Colivm Ortelianvm (Abrahami Ortelii Sorores filium) Epistvlaei [...].** Cambridge: Typis Academiae, 1887

HODOS, Tamar. Globalization: some basics. An introduction to The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization. In: Tamar Hodos (ed.), **The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization.** Oxford: Routledge, 2020, p. 3-11.

HUNT, Lynn, **Writing History in the Global Era.** New York, London: W.W. Norton, 2014

IMÍZCOZ BEUNZA, José María. De las fronteras de la comunidad a las redes de la nación: construcción de identidades y de exclusiones de la vieja Europa. In: Michel Bertrand e Natividad Planas (coords.), **Les sociétés de frontière: de la Méditerranée à l'Atlantique. XVI^e-XVIII^e siècle.** Madrid: Casa de Velázquez, 2011, p. 107-124.

LEVI, Giovanni. Frail Frontiers? **Past & Present.** Oxford, 242, p. 37-49, 2019.

LIMÃO, Paula Cristina Paiva. O “portunhol” da América Latina no ciberespaço: de interlíngua e língua de fronteira a língua de intercompreensão e língua literária sem fronteiras, In: Paula Limão; Cristina Paiva; Vera Lúcia Oliveira e Mariagrazia Russo (coords.), **Atas do V Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Simposio 55 - Construção e desconstrução de fronteiras geo-linguística, sócio-culturais e literárias:** Lecce, Università del Salento, 2015, 141-157.

LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo. La frontera como factor geográfico. **III Coloquio Ibérico de Geografía: Acta, ponencias y comunicaciones.** Barcelona: Facultad de Geografía e Historia, 1984, p. 596-602.

MACIAS, Santiago. **Mértola. O último porto do Mediterrâneo**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2005

MARQUES, José. Os municípios na estratégia defensiva dionisina. **Revista da Faculdade de Letras – História**. Porto, 15, p. 524-544, 1998

MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ, Juan Antonio. Deconstrucción y articulación territorial de la frontera luso-andaluza, *in* **El estado de la Ordenación del Territorio en España (Cuadernos geográficos de la Universidad de Granada, 47)**. Granada, Universidad de Granada, 2010, p. 297-316.

MARZOLI, Dirce; GARCÍA TEYSSANDIER, Elisabet (eds.). **La Necrópolis fenicia de Ayamonte**. Madrid, Sevilla: Instituto Arqueológico Alemán, Junta de Andalucía, 2019

MEDINA GARCÍA, Eusebio. **Contrabando en la Raya de Portugal**. Cáceres: Diputación Provincial de Cáceres, 2003.

MEDINA GARCÍA, Eusebio. Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya). **Revista de Estudios Extremeños**. Cáceres, 62.2, p. 713-723, 2006.

MIGUEL, Lúcia; ALBUQUERQUE, Pedro; EVANGELISTA, Lucy Shaw; LOURENÇO, Marina. Trabalhos arqueológicos na necrópole sidérica de Mértola: resultados preliminares das sondagens de diagnóstico. **Apontamentos de Arqueologia e Património**. Lisboa, 13, p. 41-46, 2019

NASCIMENTO, Aires Augusto do. **Livro de Arautos**. Lisboa: [s.n], 1977

OLSTEIN, Diego. **Thinking History globally**. New York: Palgrave/ Macmillan, 2015.

PALMA, M^a de F. Arqueología urbana na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal) – Contributos para a História local. Tese (Mestrado em Arqueologia). Universidad de Huelva, Huelva, 2009.

PARTHASARATHI, Prasannan, Comparison in Global History. In: Maxine Berg (ed.), **Writing the history of the Global: Challenges for the 21st Century**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 69-82.

PONS, Lola, El paisaje lingüístico de la frontera luso-española: multilingüismo e identidad. In: Eva Bravo García, *et al.* **Investigaciones sobre la enseñanza del español y su cultura en contextos de inmigración**. Sevilla, Helsinki: Editorial de la Universidad de Sevilla/ Helsinki University, 2014, p. 69-94.

REVEL, Jacques. **Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience**. Paris: Gallimard, Seuil, 1996

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. De la 'cartografía oficial' a la 'cartografía jurídica': la querrela de las Molucas reconsiderada, 1479-1529, **Nuevo Mundo. Mundos Nuevos**. Paris, 9 <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.56899>, 2009

SOUSA, Armindo de. Fronteiras e representação parlamentar na Idade Média portuguesa. **Revista da Faculdade de Letras – História**. Porto, 15, p. 53-61.

STEINMETZ, George, Comparative History and its critics: a genealogy and a possible solution. In: Prasenjit Duara; Viren Murthy e Andrew Sartori (eds), **A Companion to Global Historical Thought**. Oxford: Wiley/ Blackwell, 2014, p. 412-436.

STURZA, Eliana Rosa. Portunhol: a intercompreensão em uma língua da fronteira, **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, 81.1, p. 97-113, 2019

VAN DER VLEUTEN, Eric; FEYS, Torsten. Borders and Frontiers in Global and Transnational History: Introduction. **Journal of Modern European History / Zeitschrift für moderne europäische Geschichte / Revue d'histoire européenne contemporaine**, Vol. 14.1, p. 29-34, 2016.

VASCONCELOS, José Leite de. Notas philológicas. 1. O português de Olivença 1890-1892. **Revista Lusitana**. Lisboa, 2, p. 347-349.

VIGIL MONTES, Néstor. Livro de demarcações entre estes reinos e os de Castela e de contratos de pazes, un cartulario para las relaciones lusocastellanas en la Baja Edad Media. **Documenta & Instrumenta**. Madrid, p. 133-165, 2015

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte, Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity. **History and Theory**, Middletown, 45.1, p. 30-50, 2006.